

Em Tese

“É UMA MANCHA QUE NÃO DÁ PARA TIRAR”: PRODUÇÃO DA DIFERENÇA E REPRESENTAÇÕES DA PERIFERIA URBANA NA COMUNIDADE DA TAPERA, FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

“It is a stain you cannot conceal”: production of difference and representations of the urban periphery in the community of Tapera, Florianópolis, Santa Catarina

Vinícius Silveira Luz

Doutorando em História

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, Brasil

vini.sluz80@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5177-1556> 

A lista completa com informações do autor está no final do artigo 

RESUMO

Localizada na periferia da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, a comunidade da Tapera da Base é frequentemente estigmatizada como um espaço de violência, criminalidade e pobreza, uma vez que a região é uma das mais socialmente vulneráveis da capital catarinense. Essa imagem, por sua vez, contrasta fortemente com a percepção da cidade como destino turístico paradisíaco e livre de mazelas. Produzido a partir dos resultados da minha dissertação de mestrado, este artigo joga luz sobre as disputas narrativas e articulações que transformam os espaços da periferia em locais simbolicamente marcados pela diferença. Em contraposição à abordagem convencional que busca soluções de forma externa à comunidade, procuramos dentro da localidade, através de seus múltiplos interlocutores e suas respectivas interpretações, os efeitos e as “manchas” deixadas pelo processo simbólico de criação do “outro” no contexto florianopolitano. Com o objetivo de demonstrar e reunir algumas das múltiplas percepções, narrativas e simbolizações que os moradores e os diversos interlocutores do bairro da Tapera têm e formam sobre esse espaço em particular, analisarei relatos orais colhidos com 11 figuras de forte circulação nos círculos sociais e culturais do bairro, incorporados também a uma crítica sócio-histórica da formação da periferia e da urbanização na região.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral. Florianópolis. Periferia Urbana. Identidades. Diferença.

ABSTRACT

Located on the outskirts of Santa Catarina Island in Florianópolis, the community of Tapera da Base is often stigmatized as a space of violence, crime, and poverty, given that the region is one of the most socially vulnerable areas in the capital of Santa Catarina. This image, in turn, starkly contrasts with the perception of the city as a paradisiacal tourist destination free from woes. Stemming from the outcomes of my master's dissertation, this article sheds light on the narrative disputes and connections that transform periphery spaces into symbolically marked places of difference. In contrast to the conventional approach that seeks solutions external to the community, we look within the locality, through its multiple interlocutors and their respective interpretations, at the effects and "stains" left by the symbolic process of creating the 'other' in the context of Florianópolis. With the aim of demonstrating and compiling some of the multiple perceptions, narratives, and symbolizations that residents and various interlocutors of the Tapera neighborhood hold and form about this specific space, I will analyze oral accounts gathered from 11 influential figures within the social and cultural circles of the neighborhood, also incorporating a socio-historical critique of the formation of the periphery and urbanization in the region.

KEYWORDS: Oral History. Florianópolis. Periphery. Identities. Difference.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi construído a partir dos resultados da minha dissertação de mestrado intitulada: “Entre praças, parques, igrejas e bares: narrativas e percepções na comunidade da Tapera, Florianópolis – SC, no tempo presente (2002-2020)”. A ideia daquela obra surgiu a partir de um verso do *rapper* Rincón Sapiência, que narra em uma de suas composições: “quebrada tem poucas praças e parques e várias igrejas e bares” (Bem [...], 2020). Para o *rapper* paulista, ser de quebrada é ser atravessado por certos lugares, associados a determinadas experiências, que traduzem de forma única a vida nas periferias. Por compreender que as experiências das comunidades de Florianópolis, especificamente uma no sul da Ilha de Santa Catarina – a Tapera –, eram dificilmente retratadas de forma autônoma na mídia e em narrativas acadêmicas e populares, decidi conhecer e retratar as vivências inseridas no espaço da região através das lentes de quem vivia ali. E assim buscar, na pluralidade de histórias e interlocutores do dia a dia local, a construção de uma imagem singular daquela Tapera, formada por e para aqueles que fazem a vida nas periferias.

Esse trabalho em específico, entretanto, é nomeado a partir de uma das marcantes frases proferidas por um dos interlocutores ouvidos no escopo da pesquisa. A frase se refere ao preconceito sofrido por moradores da região da Tapera, que a partir dessa experiência seriam marcados simbolicamente por uma “mancha” deixada em suas identidades. Embora eu tenha buscado explorar vozes e experiências diversas ao longo deste estudo, meu foco aqui inicialmente se concentra na análise da formação dessas representações, que se baseiam em estereótipos de violência e na construção identitária da diferença. Ou seja, na construção do “outro” como uma ameaça para as populações estabelecidas na cidade.

Desse modo, considero que o objetivo geral desse artigo é demonstrar e reunir algumas das múltiplas percepções, narrativas e simbolizações que os moradores e os diversos interlocutores do bairro da Tapera, em Florianópolis, Santa Catarina, têm e formam sobre esse espaço em particular. De forma específica, busco analisar algumas das principais dinâmicas sociais e culturais da localidade, explorando através da figura do “outro” a formação de uma identidade cultural própria da comunidade. Outro objetivo específico é também construir um discurso alternativo sobre a comunidade, levando em consideração as narrativas hegemônicas sobre o bairro que dominam o debate público e o imaginário popular florianopolitano. Para tanto, foram analisados relatos orais produzidos

por alguns dos 11 entrevistados, representantes da comunidade, ouvidos na realização da minha dissertação de mestrado. Os critérios de seleção para as entrevistas foram: a disponibilidade do ou da entrevistada, o contato direto com o cotidiano do bairro ou uma trajetória de vida ligada ao bairro e a participação na vida pública ou cultural do local. Por essa razão, todos os entrevistados são porta-vozes e protagonistas de importantes atividades culturais, sociais e públicas na comunidade, como a música, a religião, o samba, a associação de moradores e os órgãos públicos da região. São, em resumo, informantes privilegiados. Esses foram selecionados também com o objetivo de formar uma representação ampla dos estratos sociais e culturais que formam a comunidade, definidos aqui pela trajetória, atuação profissional ou cultural, classe social e relação individual e coletiva com o bairro.

Pensando na desconstrução crítica de certas narrativas hegemônicas sobre periferias e favelas, foi fundamental também a reflexão acerca da epistemologia do urbanismo subalterno. Proposta por Ananya Roy (2017) a partir da experiência das *slums* na Índia, a autora indica formas outras de estudar e pensar as cidades do Sul global, bem como sua representação em pesquisas urbanas e no discurso popular. Desse modo, ela afirma a tentativa do urbanismo subalterno, metodológica e epistemologicamente, em escrever “contra narrativas apocalípticas e distópicas da favela”, fornecendo “relatos da mesma como um terreno de habitação, subsistência e política” (Roy, 2017, p. 7). Aqui também encontramos novos significados para um conceito fundamental na realização dessa obra: a periferia, observada como “zona intersticial entre urbano e rural” e “importante dispositivo conceitual para descentralizar a análise urbana” (Roy, 2017, p. 15)

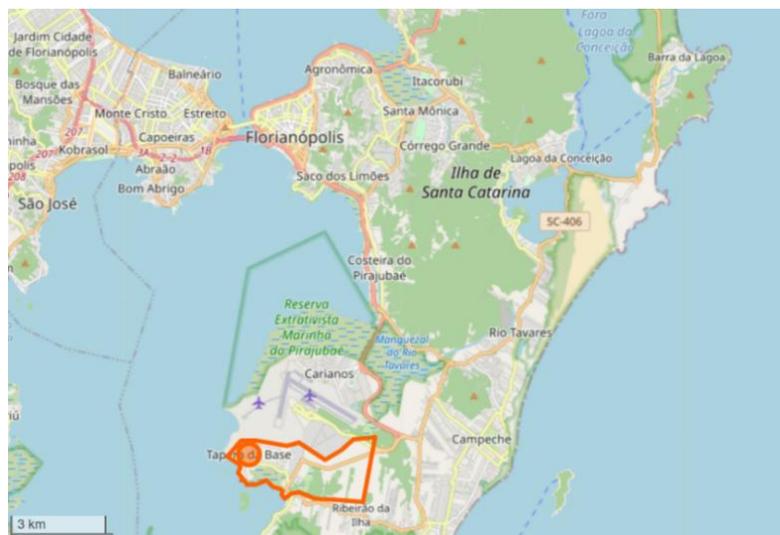
A Tapera, oficialmente denominada Tapera da Base, é um bairro localizado na periferia de Florianópolis, situado no Sul da Ilha de Santa Catarina. Embora tenha sido uma região com considerável habitação desde os anos 1970, ela só adquiriu o status formal de bairro em 2005. Naquele período, contava com aproximadamente 4 mil habitantes (D’Agostini *et al.*, 2010, p. 565). No entanto, os dados habitacionais mais recentes¹, publicados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicavam uma população de cerca de 11 mil pessoas.

O bairro está localizado no Distrito do Ribeirão da Ilha, um dos centros de ocupação mais antigos da Ilha de Santa Catarina. Neste trabalho, me referirei à comunidade exclusivamente como Tapera, uma vez que essa é a forma predominante de

¹ No momento de realização da pesquisa, eram esses os dados mais recentes do Censo.

reconhecimento entre os moradores. No entanto, é importante destacar que o termo “da Base”, presente no nome oficial do bairro, se deve à proximidade da Base Aérea de Florianópolis, instalada na região em 1940. Até meados dos anos 2000, essa base era a principal via de acesso ao bairro. As relações entre a Tapera e a Base têm raízes que remontam ao início do século XX e ainda são relevantes nos dias de hoje. De acordo com informações obtidas por meio de relatos orais coletados por Martins (2019), as primeiras habitações na Tapera surgiram como resultado das desocupações na área da Base, conhecida na época como Caiacanga Mirim, onde a Base de Aviação Naval foi instalada em 1924. Os poucos moradores que viviam naquela área se mudaram para a região que hoje conhecemos como Praia da Tapera, um local profundamente ligado à cultura pesqueira e rural da Florianópolis passada.

Figura 1 – Região central de Florianópolis com o bairro da Tapera da Base em destaque



Fonte: OpenStreet Map (2022)

Apesar de sua origem como uma pequena colônia de pescadores que também dependiam da produção de farinha de mandioca para subsistência (Martins, 2019), a Tapera, principalmente desde a década de 2000, tem sido fortemente associada a uma imagem de criminalidade, violência e vulnerabilidade social no imaginário popular em Florianópolis. Em pesquisa realizada por Martins (2019), a criminalidade e a violência emergem como os principais estereótipos que permeiam a percepção do bairro na mídia popular florianopolitana. A autora observa: “É evidente que a divulgação constante de eventos negativos pelos veículos de comunicação reforça a ideia de que a Tapera é apenas um cenário de violência. Além disso, a ausência de outras representações e narrativas

mantém essa imagem arraigada no imaginário da população” (Martins, 2019, p. 45). Assim sendo, é comum ouvir relatos cotidianos que colocam a Tapera como um dos lugares mais perigosos de Florianópolis, especialmente na perspectiva do Sul da Ilha, sua localização geográfica mais específica.

Seja através de piadas ou da violência que ocupa as manchetes jornalísticas, é seguro dizer que, popularmente, as narrativas sobre o bairro giram em torno de sua marginalização enquanto parte da cidade. Por essa razão, até mesmo quem nunca chegou a visitar o local já entende que se trata de um lugar “estranho” em relação a Florianópolis. Foi estabelecido no imaginário popular da cidade uma espécie de constrangimento com os moradores da comunidade, que há mais de uma década são negativamente marcados por determinados estereótipos, assim como revelam quase todos os interlocutores ouvidos durante a pesquisa. O preconceito, nesse sentido, é infelizmente um fator de aglutinação social e cultural para os moradores do bairro. Como revela, por exemplo, uma das entrevistadas, trabalhadora de um serviço público na região: “[...] a Tapera tem um preconceito com relação ao seu morador” e completa, dizendo que “[...] nem todo profissional vai querer trabalhar na Tapera” (Maria, 2021). Outro entrevistado com grande circulação nos grupos sociais do bairro aponta a forma pela qual o morador da Tapera era visto no centro da cidade: “O jovem da Tapera era tido como um ‘maconheiro’, uma pessoa que não era boa” (Luiz, 2022). Um *meme* publicado por uma popular página de “humor” da região de Florianópolis evidencia o senso comum em relação ao bairro:

Figura 2 – *Meme* publicado por uma página de humor de Florianópolis via rede social



Fonte: Reprodução (2020)

Muito desse trabalho vem de uma vontade pessoal de organizar de fato uma história alternativa do bairro, buscando as razões pelas quais as percepções cotidianas da população local são tão diferentes daquelas com que são identificados fora dali; portanto, objetivando conhecer a miríade de indivíduos, vozes e memórias que compõe a comunidade. Esses desejos partem também de uma perspectiva pessoal minha, já que cresci e moro na Tapera há mais de 10 anos e durante esse período convivi com todo tipo de pessoa, com toda sorte de histórias de vida e trajetórias que pouco tiveram reflexão no que eu ouvia ou percebia sobre a Tapera em outros espaços da cidade. Nesse sentido, considero que a subjetividade, antes vista como entrave para a pesquisa histórica, pode ser pensada como uma potencializadora² de reflexões na atualidade. Daí parte também a fundamental necessidade de nos posicionarmos diante do objeto de pesquisa, deixando evidente assim os lugares nos quais são produzidas as histórias.

Quando penso nas visões sobre a Tapera, tanto no passado quanto no presente, considero interessante introdutoriamente investigar as diferentes nomenclaturas para as periferias do Brasil na contemporaneidade. Favela, comunidade, quebrada e área são algumas das mais populares no país – todas encontradas no trabalho com a Tapera durante o período de investigação. Inicialmente, podemos inferir que a diversidade de nomenclaturas possíveis para as regiões periféricas se dá em função das diferentes percepções e simbolismos que produzimos em relação a esses espaços. Investigaremos alguns destes.

A importância da semântica nesses casos é marcada por Pesavento (1999), que discorre sobre um dos mecanismos de produção da diferença simbólica nas cidades modernas ao entender que “aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido à realidade” (Pesavento, 1999, p. 196). Assim, a estigmatização sobre determinado espaço da cidade é produzida através de palavras que definem o espaço social. Desse modo, certos “lêxicos” são usados como forma de percepção da diferença. Sandra Pesavento diz: “[...] a linguagem de estigmatização transforma o espaço num objeto qualificado, no qual as palavras compõem o registro da diferença” (Pesavento, 1999, p. 197). Nesse sentido, o próprio nome “Tapera” já diz bastante sobre o sentido dado a esse lugar, visto como algo abandonado, em ruínas e

² Cecilia Macón (2020) assinala que enxergar potencialidades nas subjetividades e nas emoções “não se trata de aderir ao passado, mas [compreender] que os aspectos viscerais e afetivos do presente fazem parte da forma de abordar esse passado” (Macón, p. 131, tradução nossa).

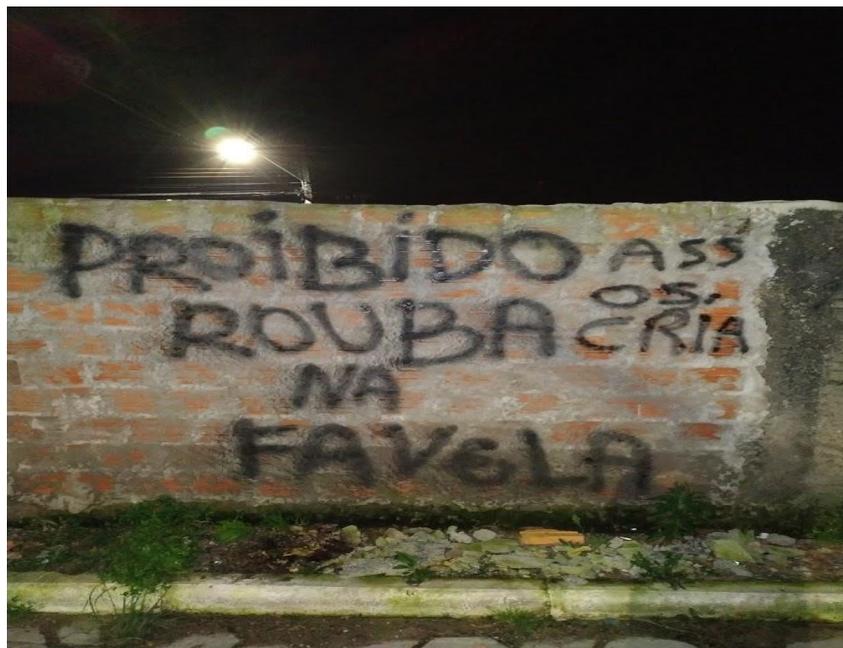
assim entendido desde sua concepção como parte desregrada da cidade, a cidade dos “outros”, dos pobres e da diferença, em direta contraposição à cidade moderna e organizada.

A “favela” clássica desde sua criação possui uma conotação pejorativa no imaginário popular. Internacionalmente, esses espaços de pobreza urbana são conhecidos desde sua fundação enquanto *slums*. A definição era originalmente usada para descrever atividades criminosas, mas na metade do século XIX foi usada para denominar a pobreza urbana (Davis, 2006). Nas últimas décadas, tem sido cada vez mais comum a positivação desses espaços pelo uso do termo “comunidade”, que traz uma conotação de solidariedade e organização ao lugar. O termo ganhou assim frequente uso popular, inclusive por parte das elites e da grande mídia, que veem na adoção do termo uma possibilidade de maquiar as grandes desigualdades sociais nesses ambientes. Já “quebrada” e “área” são usados popularmente pela juventude das periferias e são encontrados principalmente na cultura do rap e do funk, também trabalhadas aqui.

Mas em resumo, o que definiria uma favela, uma comunidade ou, ainda mais informalmente, uma quebrada? Essencialmente, podemos dizer que esses lugares são social e popularmente conhecidos por suas características físicas e legais irregulares, marcadores também de uma vulnerabilidade financeira de seus habitantes. À vista disso, o Observatório de Favelas, uma organização da sociedade civil com base no Rio de Janeiro, publicou uma coletânea de textos, intitulada “O que é a favela, afinal?” (Silva *et al.*, 2009), que elucida bem a questão. Assim:

Historicamente, o eixo paradigmático da representação das favelas é a ausência. Nesta perspectiva, a favela é definida pelo que não seria ou pelo que não teria. Nesse caso, é apreendido, em geral, como um espaço destituído de infraestrutura urbana – água, luz, esgoto, sem coleta de lixo: sem arruamento: globalmente miserável: sem ordem: sem lei: sem regras: sem moral. Enfim, expressão do caos (Silva *et al.*, 2009, p. 16).

Figura 3 – Inscrição encontrada em um muro da Tapera em 2020



Fonte: Acervo do autor (2022)

Para o poder público, as favelas são definidas a partir de aspectos “prioritariamente ocupacionais, estruturais e legais, sendo o termo utilizado para denominar espaços que se caracterizam pela ‘precariedade’, ‘irregularidade’ e ‘desconformidade’” (Freire, 2008, p. 100). Dessa forma, apesar de possuírem outros aspectos constitutivos, os espaços periféricos se mantêm marcados pelo mecanismo simbólico de estigmatização e generalização colocados, por exemplo, na mídia e replicados através de políticas públicas. Birman (2008) traz:

Os processos de identificação criam tipos e a tipificação é imune à diversidade de modos de vida, de escolhas morais, sexuais e religiosas. O seu movimento, por definição, é o de provocar generalizações. Um milhão de pessoas como contraexemplo pouco serve contra uma única identificação negativa que, elevada à condição de emblema, pode legitimar e participar dessas políticas, reafirmando o que seria a “verdadeira” e “autêntica” identidade do grupo a ser considerada em termos de interesse público. Basta um único caso, um único acontecimento, para reiterar a especificidade negativa de um grande conjunto populacional (Birman, 2008).

Essa questão é explorada de maneira significativa na obra da antropóloga Patrícia Birman (2008). Segundo a autora, o uso do termo comunidade funciona principalmente como contradiscurso a favor dos habitantes das favelas, respondendo aos discursos e medidas segregadores impostos pela mídia e pelo estado contra essas regiões (Birman, 2008). Ainda, o termo é fundamentalmente reconhecido enquanto uma forma de autoidentificação dos moradores, uma vez que a identificação negativa enquanto favelados

sempre veio de fora para dentro. A autora reconhece assim “os jogos identitários que há muito tempo ocupam a cena pública em torno das favelas” (Birman, 2008), postos aqui sob o conflito na tipologia desses espaços.

2 O LUGAR DA COMUNIDADE

Além das anedóticas apresentações feitas até então, calcadas em minha experiência pessoal e em trechos de relatos de experiência, temos maiores evidências do local ocupado pela comunidade no contexto cultural e social florianopolitano. A pouca literatura disponível, bem como a falta dela, também nos evidenciam questões relacionadas às dinâmicas de produção da segregação urbana em níveis sociais e culturais que serão retratadas aqui. Inicialmente, porém, é necessário compreender o contexto histórico de formação da Tapera enquanto uma comunidade periférica.

A Tapera, nesse sentido, é considerada pela arquiteta Maria Inês Sugai (2002) como um dos exemplos do crescimento da periferia urbana na parte insular da cidade a partir dos anos 1990, citando a localidade enquanto um dos bairros populares da região. Descrevendo o aumento populacional das ocupações informais no período, ela coloca:

Diversos motivos levaram ao aumento de sua ocupação na Ilha, entre eles: a redução dos loteamentos clandestinos nas áreas continentais devido ao maior rigor nas legislações; os sérios problemas de infraestrutura naqueles municípios; o empobrecimento das camadas populares que intensificaram a ocupação e formação de novas favelas nos morros centrais de Florianópolis e ao longo da BR-282, via de acesso à Ilha; a melhor infraestrutura e os diversos investimentos viários na Ilha que favoreceram o acesso e a formação de bairros populares, como a Tapera da Base, em Ribeirão da Ilha (na porção Sul da Ilha) e na parte sul de Ingleses, em Capivari (na porção Norte da Ilha) (Sugai, 2002, p. 110).

Desse modo, a autora faz um importante levantamento histórico ao considerar a Tapera como parte de um terceiro momento de ocupação informal do solo na cidade de Florianópolis. O primeiro se daria no final do século XIX e início do XX com a ocupação dos morros na região central da cidade, o segundo a partir dos anos 1960 com a ocupação da parte continental e dos morros da região central e o terceiro momento a partir dos anos 1990 com a ocupação de regiões mais distantes do centro e do continente. Essa ocupação seria marcada pela acentuada desigualdade social no contexto do período (Sugai, 2009). Nesse momento, observamos um acentuado aumento na população periférica da cidade. Assim, em Florianópolis, segundo Maria Inês Sugai (2002), em 2002, cerca de 15% da população morava em 55 favelas do município e 83 da região metropolitana de

Florianópolis. Por conseguinte, a autora aponta que o número de favelados na cidade cresceu 56% no período de 1992 a 2001 (Sugai, 2002).

A comunidade ganha um pouco mais de destaque na obra de Sugai, no capítulo “Há favelas e pobreza na Ilha da Magia?”, do livro *Favela e mercado informal*, de organização de Pedro Abramo (2009). Refletindo sobre a desigualdade social e urbana na cidade, a autora traz a localidade, além de outras cinco, como alvos de um estudo de uma rede de pesquisas intitulada INFOSOLO, que atuou no ano de 2005. A Tapera, como coloca a autora, “[...] constituiu-se na maior área de informalidade pesquisada, onde foram feitas 43% das entrevistas, e a mais extensa e populosa entre as comunidades escolhidas” (Sugai, 2009, p. 171).

Descrevendo o paradigma geral da Tapera nos anos de 1990, Sugai coloca:

A Tapera da Base caracterizava-se até há poucos anos pela pobreza, pelos esgotos correndo a céu aberto, pelas gangues pela violência urbana, pela implantação de “toque de recolher” pela Polícia Militar no ano de 2001, pela existência de apenas uma rua pavimentada e pela ausência de infraestrutura urbana (Sugai, 2009, p. 171).

A publicação aponta que a Associação dos Moradores da Tapera da Base e outros líderes comunitários calcularam a existência, no ano de 2005, de 4 mil domicílios e 15 mil moradores no bairro (Sugai, 2009). Esses dados entram em confronto direto com os dados do IBGE, que em 2010 apontaram para uma população de aproximadamente 12 mil pessoas (D’Agostini *et al.*, 2010), fato que demonstra a dificuldade de usar dados socioeconômicos muito exatos e objetivos na pesquisa de periferias. A pesquisa também coloca, importantemente, entre outros fatores que serão abordados adiante, que “a grande maioria dos moradores que efetuaram transação imobiliária de compra, de venda e de aluguel nos assentamentos informais não era originária da área conturbada de Florianópolis” (Sugai, 2009, p. 175), assim, cerca de 76% das pessoas eram migrantes.

Analisando pesquisas realizadas no bairro em 1991 e 2005, Espíndola (2006) também traz importantes dados. Inicialmente, em 1991, é possível observar a recente preferência pela Tapera por conta dos baixos preços da terra, porém, com um pequeno mercado de aluguéis. Com isso, a autora aponta:

A pesquisa de 1991 comprova como a Tapera é uma ocupação recente da década de 1990, quando cerca de 45% dos moradores habitavam o lugar por menos de dois anos e só 15% dos entrevistados moravam há mais de 20 anos. E a maior parte dos residentes, 60%, havia comprado a casa ou o terreno, apenas 5% na época moravam de aluguel, enquanto 28% recebeu como herança (...) Sobre a escolha de moradia na Tapera observa-se que esses primeiros moradores optaram pelo baixo preço do solo ou da locação (somam 42% das escolhas), provando o fator da segregação na Ilha quando

essas pessoas sem condições de pagar a localização em áreas mais centrais são expulsas para as áreas periféricas da cidade, como a Tapera que por falta de infraestrutura possuía baixo preço da terra (Espíndola, 2006).

A situação fica mais semelhante com a atual em 2005, quando cerca de 45% dos moradores passam a morar apenas de aluguel no bairro. Do total, 11% elegeram a Tapera como lugar de moradia por conta dos baixos preços dos domicílios. Outro dado interessante é o perfil dos moradores: se na pesquisa de 1991 a porcentagem de pessoas que vinham de fora do estado de Santa Catarina era quase nula, na de 2005 representa cerca de 33% do total dos entrevistados. Os dados também demonstram a queda no rendimento médio dos moradores do bairro. Em 1991, só cerca de 1% dos entrevistados recebiam até 2 salários-mínimos, em 2005 o número cresce para 41% do total. Esses números demonstram que apesar do processo de ocupação populacional ter se iniciado nos anos 1990, é apenas nos anos 2000 que esse processo passa a apresentar suas facetas atuais, com a alta concentração de aluguéis, forte mobilidade espacial e a presença grande de migrantes como novos moradores da comunidade. Os relatos dados por nossos interlocutores também apresentam melhor essa realidade.

É interessante, nesse sentido, ressaltar a existência de duas situações opostas na cidade de Florianópolis durante os anos de 1990. Como Sugai (2002) apontou, a quantidade de pessoas morando em favelas aumentou na ordem de 56% de 1992 a 2001. Ainda assim, a cidade experimentava um *boom* imobiliário em função do apelo turístico “natural” da capital de Santa Catarina, que investia desde os anos de 1960 na criação de uma grande infraestrutura turística na cidade. No final do século XX e início do XXI, entretanto, esse processo foi acentuado pelo governo municipal de Ângela Amim (1997-2004), com a propagação nacional da imagem de Florianópolis como “cidade-paraíso” através de um grande investimento em marketing urbano (Vidal; Pozzo, 2011). Desse modo, Vidal e Pozzo (2011) identificam um crescimento de 10% na população de classes altas da cidade de 1990 a 2000. Já em 2011, Florianópolis aparecia como a segunda cidade brasileira com maior número de habitantes de “classe A” no país (27,7%), atrás apenas de Niterói (Vidal; Pozzo, 2011).

Em todos os casos, eram as populações migrantes pobres que abasteciam essa grande estrutura que atraía populações mais abastadas. Vindos principalmente do interior de Santa Catarina, os trabalhadores encontravam grande oferta de emprego em setores como comércio, hotelaria e construção civil. Como os aluguéis e o custo de vida subiam na medida

em que a cidade se abria para as classes mais endinheiras, a solução para abrigar essa massa de migrantes foi encontrada em bairros populares como a Tapera.

Nesse viés, a Tapera surge nas décadas de 1990 e 2000 como grande alvo de interesse imobiliário das classes populares por conta do baixo preço das terras, quase sempre apossadas por meio de invasões. Esse processo é conhecido como “periferização” e acontece quando “a maior parte da população não consegue se fixar nas áreas que o mercado imobiliário se organiza melhor. Sem condições para pagar por uma moradia adequada, dotada de infraestrutura presente nas regiões mais centrais, a população se periferiza” (Abramo, 2003, p. 23). Dessa forma, a localização geográfica periférica, afastada do centro, as dificuldades de acesso impostas pela Base Aérea e a “ausência de certos equipamentos de serviço e de lazer” (Espíndola, 2006) contribuíram fundamentalmente para o baixo preço das moradias e para a segregação do bairro em relação ao resto da cidade.

3 REPRESENTAÇÕES E A CRIAÇÃO DO OUTRO

No presente trabalho, entendo a cidade e seus espaços enquanto “[...] um fenômeno cultural, ou seja, integradas a [um] princípio de atribuição de significados ao mundo” (Pesavento, 2007, p. 14). Urbes são então relato, discurso e, sobretudo, representação. Imagens do real e o real em si são todos parte da cidade, que se cria e se recria toda vez que é imaginada, relatada ou representada. Assim, a “transfiguração do real” (Pesavento, 2002, p. 13) presente nos discursos e nas leituras sobre a cidade nos permite acessar sensibilidades e universos múltiplos e distintos, muitas vezes não vistos na materialidade em si.

Se a cidade é relato, é marcante começar apontando para o predomínio de leituras que ressaltam visões hegemônicas sobre a comunidade da Tapera, destacando nesses espaços concepções estigmatizantes e pouco plurais da experiência da periferia. É nesse sentido, por exemplo, que aparece a pesquisa de D’Agostini *et al.* (2010), realizada no bairro, e que conclui sobre a região: “[...] a primeira e mais evidente conclusão neste estudo de caso é a de que a Comunidade da Tapera da Base vive, no geral, um estado de elevada vulnerabilidade, de baixa resiliência e de considerável resistência” (D’Agostini *et al.*, 2010, p. 600). E completam:

Em seu sentido mais amplo, uma vulnerabilidade biofísica elevada decorre, principalmente, do contexto social em que a comunidade está inserida. A baixa resiliência, compreendida como a insuficiente capacidade de no dia a dia se restabelecer sem empobrecer cada vez mais, é produto das

dificuldades crescentes para sustentar-se em um sistema social. Já a quase heroica resistência é, possivelmente, expressão de uma emergência, ou seja, a coragem e a solidariedade que seres sociais ameaçados encontram em si a partir da precariedade de condições que podem afetar a todos e cada um (D'Agostini *et al.*, 2010, p. 600).

Se até então focamos em questões de ordem histórica, observamos essa dinâmica também colocada nas relações sociais e culturais da região. Nesse sentido, a tese de doutorado intitulada “Paisagem e Lugar como Referências Culturais: Ribeirão Da Ilha – Florianópolis”, de autoria de Soraya Nór (2010), apesar de focar, no geral, em outras questões, menciona algumas vezes a Tapera e joga luz sobre as relações estabelecidas no bairro. Estudando o bairro do Ribeirão da Ilha, vizinho à comunidade e realizando entrevistas com os moradores da região, a autora constatou que apesar de fazer parte do Distrito do Ribeirão da Ilha, os moradores da localidade reconheceram “no grupo do Plano Diretor Participativo [...] que a maioria dos moradores dos bairros Carianos e Tapera da Base vieram de fora³, portanto, não faziam parte do Ribeirão” (Nór, 2010, p. 40).

Na mesma obra, Nór traz outros depoimentos reveladores. Esses apresentavam discursos que buscavam separar os moradores do Ribeirão e os da Tapera através da utilização de termos como “nós” e “eles” (Nór, 2010, p. 42). Assim, nos relatos de moradores do Ribeirão da Ilha, a Tapera era vista como um lugar à parte do bairro pela falta de tradição do local, ou seja, pelo grande número de migrantes que ocupavam a região. Desse modo, nas entrevistas realizadas pela autora, apenas 3% dos entrevistados incluíram a Tapera da Base como parte do Distrito do Ribeirão da Ilha (Nór, 2010, p. 43). Como não era um lugar de “nativos” era, conseqüentemente, identificado como um lugar perigoso. Pelo menos é assim que a Tapera foi retratada em um depoimento trazido pela autora: “Carianos e Tapera da Base, não porque fica mais pra aquele canto lá do Aeroporto. Tem bem pouco contato com o pessoal. Esses não têm nada ligado com o pessoal daqui. É tudo de fora. É tudo pessoal que vem do Oeste. Se fosse local não tava como tá. Tá muito perigoso [*sic*] (Joel, 42 anos, Sertão do Ribeirão)” (Nór, 2010, p. 43).

Já em reportagem publicada no jornal AN Capital de junho de 2005, intitulada “Projeto transforma Tapera em bairro – Moradores do Ribeirão da Ilha pedem mais segurança, melhorias do sistema viário e ação contra loteamentos clandestinos”, fica evidente o interesse dos moradores do Ribeirão da Ilha de se desvincularem das

³ Para Fantin (2000), os “de fora” transformados em problema eram os migrantes pobres culpabilizados pelo aumento da violência e da pobreza urbana. Já os turistas “de fora” não eram vistos da mesma forma, afinal, não tinham poder de interferência na política local, apenas entravam e saíam.

“ilegalidades” da Tapera, conservando assim sua identidade cultural de valor turístico⁴, com a separação legal das duas regiões. Abordo essa questão a seguir.

Com o processo de modernização de Florianópolis, tocado de forma mais acentuada a partir dos anos de 1950, tornou-se cada vez mais evidente o desenvolvimento simbólico do outro em uma cidade dividida. Esse processo pode ser observado melhor através da obra da historiadora Márcia Fantin (2000), em *Cidade Dividida*. Nela, a autora trabalha com os conflitos simbólicos e culturais de Florianópolis decorrentes da divisão simbólica da cidade entre nativos e estrangeiros a partir dos anos 1960, com o processo de modernização e a consequente abertura da cidade a migrantes e turistas, que vinham para Florianópolis em função do desenvolvimento econômico, do crescimento urbano e da nova “vocação turística” da cidade, que animava a até então pacata capital catarinense e a tornaria mais tarde, nos anos 1990, marca e propaganda da “melhor cidade para se viver” e da “capital com melhor qualidade de vida do país” (Vidal; Pozzo, 2011, p. 30). Esses conflitos se dão entre visões de mundo, de futuro, de representações e de formas de ocupar e experimentar a cidade e apesar de se darem no campo das ideias, possuem diversos desdobramentos práticos (Fantin, 2000).

A partir dessa migração, vista pelos ilhéus como uma “invasão” de estrangeiros na cidade, dá-se o desenvolvimento e o surgimento de uma cultura política que valoriza o nativo da Ilha, aquele “cujas famílias são hegemonicamente açorianas e já estão vivendo na cidade há várias gerações” (Fantin, 2000, p. 42). Esse nativo quase “místico” seria na cidade uma espécie de figura ideal, tido como o único representante legítimo da cidade (Fantin, 2000) e que a sustentava em suas costas, em direta contraposição ao estrangeiro, o “estranho”, que toma de assalto o espaço da cidade antes pertencente unicamente aos nativos. Dessa divisão imaginária e cultural, surgem, além dos conflitos físicos pela cidade, os conflitos simbólicos e culturais, aos quais a figura do estrangeiro, mais tarde apelidado pejorativamente como “haole”, é sistematicamente associada à perda da cidade e dos seus

⁴ O bairro do Ribeirão da Ilha tem uma ligação direta com a colonização açoriana no litoral catarinense e na cidade de Florianópolis. Essa ligação data desde o século XVIII e ficou marcada no bairro através de suas características coloniais, pesqueiras e agrícolas. Entretanto, a construção do bairro do Ribeirão da Ilha como símbolo e representante hegemônico de uma cultura manezinha e insular se deu nos anos de 1970, mesmo período em que ocorria o processo de modernização da cidade de Florianópolis. Através de uma série de patrimonializações, como o tombamento municipal da Igreja Nossa Senhora da Lapa no ano de 1975 e o tombamento do conjunto urbano da Freguesia do Ribeirão da Ilha em 1985 (Mendes, 2014), buscavam-se criar símbolos de uma memória coletiva que apelava para a ancestralidade das ocupações no bairro. Esses tombamentos, bem como a iniciativa de reparação e restauração das características tradicionais do bairro, como as casas no estilo português colonial e o calçamento original do século XIX, procuravam criar um espaço atrativo turisticamente para aqueles que queriam conhecer a “alma” de Florianópolis, ainda colonial e identificada com as sociabilidades marítimas.

valores originais e o “manezinho”⁵, seus espaços e hábitos ganham um estatuto superior no campo cultural da urbe.

Na relação das populações locais com o crescimento de Florianópolis, fica evidente o medo de uma perda das características de cidade pequena e a aquisição de problemas de uma metrópole, entre eles, o aumento da violência, já que a cidade do sul do país, após os anos 1970, buscava ter “jeito de metrópole” (Lohn, 2016, p. 48). Já nos anos de 1990, a cidade era vendida enquanto “Paraíso Internacional”, jargão publicitário do início daquele período que buscava consolidar Florianópolis enquanto capital internacional do turismo (Fantin, 2000). Fantin traz um depoimento simbólico de um nativo da cidade na mesma década:

Pessoal de fora trouxe assalto, sequestro, aumentou consideravelmente. A ilha não é mais tranquila como era. Hoje estão roubando dia e noite, e todos são de fora. Não tem bandido manezinho. É muito raro, em 100 casos 5 são manezinho, 95 de fora, todos, quadrilhas aí, maioria gaúcho e paranaense. Dificilmente vai encontrar manezinho traficante, ladrão (Fantin, 2000, p. 51).

Outro testemunho dá conta da percepção do crescimento da cidade. O seguinte foi dado por um “nativo” de um dos bairros tradicionais de Florianópolis, em 1996:

Até bem pouco tempo atrás Florianópolis não era nada. Me lembro que olhava a Felipe Schmidt, de cima do prédio onde trabalho, eu via a rua, o chão, o calçadão. Hoje eu olho e só vejo cabeças. Tipo São Paulo. Quando eu olhei só vi cabeças, eu me assustei. Está virando São Paulo. Então tudo por causa das mudanças, da vinda dos moradores de outros lugares. A tendência é tudo mudar, gradativamente (Fantin, 2000, p. 36).

Essa dinâmica de medo do diferente, do outro, colocado na figura do migrante pobre, é trabalhada por Teresa Caldeira (2005), que demonstra problemas semelhantes ao retratado no depoimento do florianopolitano, mas em uma escala maior na megalópole de São Paulo. Dessa maneira, a autora estuda a forma pela qual “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social das cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (Caldeira, 2011, p. 9). A antropóloga, observando o crescimento do crime violento na São Paulo dos anos 1980, analisa a forma pela qual, simbólica e materialmente, são criadas estratégias para lidar com o medo do crime e da violência. Entre essas estratégias, está a construção material de muros entre as pessoas, mas também a simbólica, através do estabelecimento de diferenças, imposição de divisões, distâncias e multiplicação de regras de evitação e

⁵ Segundo Fantin (2000, p. 155), manezinho é a “terminologia utilizada para denominar o nativo da Ilha de Santa Catarina de origem açoriana, que se caracteriza por seu linguajar rápido, melodioso e muitas vezes incompreensível para ouvidos ‘estrangeiros’”.

exclusão entre as pessoas (Caldeira, 2011). Nesse sentido, muitas das análises de Caldeira se dão no que a autora chama de “falas do crime”, sendo “[...] as narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema [...]” (Caldeira, 2011, p. 9), essas seriam formas das pessoas articularem os medos, as experiências e as novas dinâmicas sociais e culturais decorrentes da violência. A autora também averigua que não raramente esses discursos sobre o crime “incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados” (Caldeira, 2011, p. 9). Portanto:

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo ente o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente. Na verdade, o universo do crime oferece um contexto fértil no qual os estereótipos circulam e a discriminação social é moldada – não apenas em São Paulo, mas em qualquer lugar (Caldeira, 2011, p. 10).

Essa é uma constatação importante para entender como a exclusão e a marginalização nas cidades não são criadas apenas por meios econômicos e urbanos, mas também através da linguagem, dos imaginários e, finalmente, da cultura. Logo, a fala do crime organiza a paisagem urbana e pública, “[...] moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros” (Caldeira, 2011, p. 27).

Através de inúmeros depoimentos, Caldeira (2011) consegue mapear a forma pela qual nordestinos, em sua maioria, são responsabilizados pela escalada da criminalidade e da violência em São Paulo. Segundo os depoimentos, essas populações estariam ocupando bairros tradicionais, como a Mooca, e os transformando em favelas e ambientes inseguros. A pobreza, a segregação e a violência, nesse sentido, caminham de mãos dadas em diversas falas. Uma entrevistada diz o seguinte sobre as mudanças em seu bairro:

Eles empestearam tudo, deveria voltar tudo pra lá. O governo deveria dar casas pra eles lá no Nordeste pra eles não precisarem vir pra cá... Hoje aqui na Mooca não se pode nem sair de casa. Faz seis anos que eu fui assaltada, e seis anos que parece que tudo perdeu o gosto. Aqui na Mooca não tem pessoa que não foi assaltada [...] Pessoal que assalta é tudo nortista. Tudo gente favelada. Gente do bairro e gente de fora. Mas não adianta querer fazer alguma coisa (Caldeira, 2011, p. 30).

Essas falas, entretanto, não correspondem necessariamente a realidade. Isso porque as falas do crime são articuladas por meio de muitas ambiguidades, simplificações, medos e anseios sociais característicos do seu tempo (Caldeira, 2011). O crime, nesse

ponto de vista, oferece um “[...] código simplificado para se lidar com outras mudanças sociais” (Caldeira, 2011, p. 35). Assim, a tomada do bairro da Mooca pelos pobres e sua decaída em violência, inicialmente explicada por uma testemunha como decorrente da migração de nordestinos, é apontada por Caldeira enquanto simples “[...] resultado de transformações socioeconômicas, que incluem uma mobilidade ascendente de velhos moradores, assim como com a decadência econômica, mas não necessariamente com o crime” (Caldeira, 2011, p. 35).

Em comparação, os depoimentos paulistas e catarinenses, trazidos por Fantin (2000), e por moradores do Ribeirão em relação à Tapera, são muito semelhantes. Ambos têm como cerne o crime, a segregação social e principalmente o medo das mudanças sociais como produtoras do discurso. Mesmo sendo de lugares e contextos próximos, até a linguagem dos dois depoimentos soa como a mesma. Nesse sentido, podemos afirmar que a fala do crime reorganiza o mundo, dá-lhe uma ordem simbólica específica, categorizante e produz um tipo específico de significação (Caldeira, 2011), por isso, os seus efeitos sociais e culturais na organização do espaço urbano são comuns tanto para São Paulo quanto para Florianópolis. Em ambos os casos, os culpabilizados por esses processos, pelos já estabelecidos, foram os “estranhos” que ameaçavam a ordem social e cultural vigente.

O ponto que tento levantar para iniciar a discussão é que o bairro da Tapera é fruto de ocupações e é também formado majoritariamente por migrantes de toda a parte do país. Na minha concepção, estudar o desenvolvimento da Tapera e as percepções que os moradores e interlocutores têm sobre o bairro, é também olhar para o processo descrito por Caldeira em São Paulo. Entender as sociabilidades do território e as trajetórias que o compõe, ainda que apenas algumas delas, não deixa de ser nesse cenário um exercício de humanização e de reconhecimento da diversidade inerente às cidades.

Essas são percepções fundadas externamente às periferias, são falas violentas e segregadoras de pessoas que provavelmente não tiveram contato real com a periferia ou com moradores dela, já que apenas a existência periférica pode ser o suficiente para colocar em xeque o domínio que as populações estabelecidas exercem sobre a cidade. Como demonstra Caldeira (2011), as populações estabelecidas além de terem domínio material sobre os favelados também buscam exercer um domínio simbólico e representativo em relação às populações periféricas. Para isso, por vezes, representam-na como “ameaças” ao bom funcionamento da cidade. O estabelecimento dessa relação de superioridade simbólica e cultural se dá através do funcionamento de um mecanismo que

o sociólogo Norbert Elias intitula como a “socio-dinâmica da estigmatização” (Elias, 2000, p. 24). Dessarte, as populações atingidas por esse processo são identificadas pelo autor como:

Os *outsiders*, tanto no caso de Winston Parva quanto noutros locais, são vistos – coletiva e individualmente – como anômicos. O contato mais íntimo com eles, portanto, é sentido como desagradável. Eles põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância dependem o *status* de cada um dos seus semelhantes no grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior. Entre os já estabelecidos, cerrar fileiras certamente tem a função social de preservar a superioridade de poder do grupo. Ao mesmo tempo, a evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsider tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de “medo da poluição” (Elias, 2000, p. 29).

Podemos observar, que a partir da sua própria existência, o grupo *outsider* coloca em risco todo o mundo e o domínio dos grupos estabelecidos e hegemônicos, e por isso são combatidos com tanto vigor. Assim, até mesmo o contato com um *outsider* pode ameaçar o *status* de um representante do grupo hegemônico (Elias, 2000). É particularmente interessante notar a importância do estatuto social, ou da reputação, nessa categoria de dinâmica entre os grupos. Nesse viés, o autor diz:

O que se destaca de maneira mais acentuada é a maneira como a autorregulação dos membros de um grupo estabelecido muito coeso está ligada à opinião interna que esse grupo faz de si. Nesse caso, a susceptibilidade desses indivíduos à pressão do “nós” [we-group] é particularmente grande, pois pertencer a tal grupo instila em seus membros um intenso sentimento de maior valor humano em relação aos *outsiders* (Elias, 2000, p. 48).

O *status*, nesse tipo de dinâmica social, é mostrado mais uma vez como característica fundamental para organização dos espaços. Não é estranho por isso perceber que moradores de periferia, os *outsiders* das grandes cidades, possuem uma estigmatização baseada na atribuição de um estatuto negativo diante da sociedade estabelecida. O caso da Tapera não é diferente. Nessa direção, essa socio-dinâmica da estigmatização, colocada por Elias (2000), funciona como forma de manter as disparidades e desigualdades apresentadas entre as diferentes partes da cidade.

É fundamental, nesse sentido, que entendamos que as visões sobre a cidade são ideologizadas. A visão sustentada pelas elites políticas, que possuem *status* superior aos *outsiders*, é constantemente tomada como única. A parte da cidade tomada como todo, no caso de Florianópolis, a divulgada capital brasileira de melhor qualidade de vida, vendida com uma “refinada propaganda que fornece a imagem de uma cidade aprazível, com baixo

índice de violência e excelente qualidade de vida, uma acolhedora ‘Ilha da Magia’ a ser usufruída pelos detentores de bom padrão aquisitivo” (Falcão, 2005, p. 4), precisa se sustentar como única, pois sua própria existência está atrelada à exploração de uma outra cidade de Florianópolis, uma mais “suja”, violenta e “inferior”. Ou pelo menos é assim que o grupo estabelecido pensa.

4 AS FALAS DA COMUNIDADE

Por ter a pretensão de trabalhar com os relatos e testemunhos de moradores da Tapera, fiz uso da metodologia da História Oral. Nesse campo, foi fundamental a contribuição do historiador inglês Paul Thompson no trabalho com o livro *A Voz do Passado* (1992). Refletindo sobre a natureza, a especificidade e a relação da fonte oral com outras fontes e evidências da história que compõem o trabalho do historiador, o autor dá importantes bases e precedentes para a realização técnica de uma entrevista, a coleta da evidência oral, sua importância, historicidade própria e fundamentos teóricos. Por estar na grande maioria das vezes em contato com o social e com os conflitos da história social, a História Oral trabalha inevitavelmente com a vida das pessoas e sua experiência, tanto nas matérias singulares quanto nas coisas do dia a dia. Apresenta assim uma realidade “[...] complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (Thompson, 1992, p. 25).

A História Oral também colabora para que o público possa observar na história uma relevância para suas vidas, tanto nas suas trajetórias de vida, quanto na percepção de pertencimento a um determinado local ou determinada época. Desse modo, a prática é essencialmente uma troca, uma construção conjunta e não apenas a coleta de fatos estabelecidos ou mera “reminiscência casual”. Por essa razão, parte fundante do trabalho aqui colocado é recuperar narrativas e histórias que possam contribuir com um melhor conhecimento do bairro e, principalmente, das pessoas que o constroem e o construíram historicamente.

Portanto, foram realizadas entrevistas com 11 moradores e trabalhadores do bairro da Tapera. Os critérios de seleção foram: a disponibilidade do ou da entrevistada, o contato direto com o cotidiano do bairro ou uma trajetória de vida ligada ao bairro e a participação na vida pública ou cultural do local. Os informantes foram selecionados também com o

objetivo de formar uma representação ampla de todos os estratos sociais e culturais que formam a comunidade, definidos aqui pela trajetória, atuação profissional ou cultural, classe social e relação individual e coletiva com o bairro. Paul Thompson (1992) resume a concepção que orientou a seleção:

Para que a história oral seja efetivamente representativa, em todos os níveis sociais, justamente não serão os incomumente articulados e claramente reflexivos que devem ser gravados. A essência dela está em transmitir as palavras e os sentimentos da gente comum. A escolha ideal é uma escolha ampla, mas firmemente baseada no centro (Thompson, 1992, p. 171).

Na construção da dissertação que dá origem a esse trabalho, apareceu de forma ímpar a necessidade de desconstrução de uma visão que funciona como violência sobre cada morador da Tapera e a construção de uma nova consciência sobre o presente do bairro. Por isso, a partir da História Oral tive como interesse produzir uma história que tem a periferia não só como objeto, mas como ponto de partida, referência e pressuposto básico na produção de conhecimento. Com o objetivo de me manter fiel a essa proposição, as entrevistas foram esquematizadas e marcadas por meio do método do *snowball* (bola de neve). O método é uma técnica de amostragem em pesquisas qualitativas que pressupõe a realização das entrevistas e do contato com os informantes através de redes de referência e indicações (Bockorni; Gomes, 2021). Assim, utilizei o conhecimento prévio dos entrevistados para buscar outros informantes e espaços que fossem mais significativos para a pesquisa. Um exemplo prático disso nessa pesquisa foi a indicação feita por uma das entrevistadas, que por sua vez gerou mais duas indicações para outros informantes e a formação de uma rede entre os informantes e os espaços que estes representam. Por essas razões, decidi também transcrever os relatos na íntegra, mantendo os maneirismos e os coloquialismos nas falas dos entrevistados.

Poderíamos dedicar várias páginas para citar discursos de nossos entrevistados que corroboram o que foi apresentado anteriormente sobre a Tapera, ou seja, reforçando ainda mais as vulnerabilidades e faltas desse local. Embora essa confirmação da literatura seja relevante e eu tente apresentá-la, minha proposta fundamental é analisar essas declarações sob uma perspectiva não conformista. Em outras palavras, não necessariamente abordá-las de forma positiva, mas de maneira a tentar identificar possibilidades outras nas histórias e memórias compartilhadas. Portanto, ir além do convencional e da homogeneidade já apresentados, explorando assim as diversas comunidades dentro da Tapera e as múltiplas formas de existência na região.

Nesse sentido, uma de nossas entrevistadas é Maria, psicóloga formada, na casa dos 40 anos, que trabalha como servidora municipal há 25 anos e é trabalhadora do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da região há cerca de 8 anos. Ela traz informações detalhadas da dificuldade em trabalhar na comunidade, bem como as várias situações de vulnerabilidade social e econômica no bairro encontradas ali diariamente. Entretanto, traz também a capacidade dos moradores de se organizarem de forma solidária, criando de fato um senso de comunidade na região. Essa positividade dos laços comunitários, bem como a escolha do termo “comunidade” para falar do espaço na entrevista, nos demonstram as possibilidades adquiridas quando olhamos com maior cuidado para o interior desses lugares. Maria relata, ressaltando uma característica única encontrada por ela ali:

Eu vou dizer assim ó: eu já trabalhei em outras comunidades assim, mas ali na Tapera tem algo que me chama muito atenção. Assim como todo mundo praticamente veio de algum lugar, essas pessoas de alguma forma são acolhidas por quem já tá ali. Eu acho que tem uma relação ali de uma parceria, de um auxílio muito particular entre os moradores. Então não é raro eu ouvir “não, eu deixo com minha vizinha, não, porque minha vizinha me ajuda...”. Então, assim como as pessoas vieram de fora com muita dificuldade eu acho que eles acolhem àqueles que vêm de fora e tentam ajudar. Eu nunca vi uma comunidade, na minha trajetória de trabalho, já são quase 25 anos, onde isso fosse tão forte. Eu acho que há uma sociabilidade na Tapera no sentido que “estamos todo mundo na merda, mas eu te ajudo, tá?” (Maria, 2021).

De imediato, me parece interessante perceber no relato a afirmação de que “todo mundo praticamente veio de algum lugar”, ou seja, a interpretação da experiência de migração dos “de fora” lida como fator fundamental de identificação e de troca nas relações estabelecidas na região. Portanto, se todos vieram de algum lugar, todos têm também algo em comum a compartilhar ali. Seguindo esse raciocínio, ela completa o perfil dos frequentadores do CRAS, apontando para as diversas ondas de migração responsáveis pela construção e povoamento do bairro. Segundo ela, as primeiras povoações são fruto de migrações provenientes do Oeste de Santa Catarina, seguindo depois por migrações do Norte e do Nordeste do país. O principal marcador desses processos ali colocados, no entanto, é a rotatividade de pessoas que passam pela localidade:

Essas pessoas do Norte, do Nordeste que vem aos montes, [são] temporadas e agora o Pará, agora o pessoal do Pará tá vindo muito, né. E aí tem épocas que são os baianos, que vieram pra construção né... As primeiras pessoas que povoaram, que cresceu, foram as pessoas do Oeste de SC... Hoje eu vejo enquanto trabalhadora da comunidade é mais Norte e Nordeste que tão vindo por conta de trabalho... E as pessoas não têm culpa

disso, só a estrutura que infelizmente talvez não comporte tudo aquilo (Maria, 2021).

Como já discutimos anteriormente, a figura dos “outros” colocada nos migrantes é responsável pela direta oposição da Tapera diante do Ribeirão da Ilha. De acordo com Maria, apesar de possuir redutos que mantém o “simples” estilo de vida, o Ribeirão passou também por um processo de elitização através de investimentos advindos do turismo. Mesmo em comparação a essa elitização, Maria faz questão de apontar as características que tornam a comunidade da Tapera um lugar positivamente diferente, mesmo em meio a vulnerabilidade:

No Ribeirão, eu não vou ver isso, que as famílias são mais elitizadas, cada um tem seu terreno, sua casa, as pessoas trabalham no centro, a grande maioria são funcionários públicos, cara, o Ribeirão também tá mudando sua característica, né. Mas ali na Tapera eu vejo que as pessoas são mais abertas, até porque são muito vulneráveis, aí ajuda o outro que tá vulnerável também, então isso é uma característica, eu vejo que há um apoio entre as pessoas ali, dão um jeito de sobreviver e viver (Maria, 2021).

Assim, apesar de lidar com temáticas pesadas no dia a dia, Maria se sente bem quista e aprecia o trabalho que é realizado na comunidade. Ela relata, nesse sentido, que muitos dos trabalhadores designados para a região sentem medo ou pesar de estar lá por conta da má fama do bairro. Segundo Maria, as vulnerabilidades e a alta rotatividade de pessoas advindas de migrações tornam o trabalho na comunidade muito mais volumoso e cauteloso. Ela coloca:

A Tapera tem um preconceito com relação ao seu morador, né, então nem todo mundo vai também trabalhar, nem todo profissional vai querer trabalhar na Tapera... Porque vai trabalhar. Vai ter trabalho, né? Vai ter sala cheia de criança, vai ter criança com fome na escola. Tendeu? Vai ter conflito familiar, vai ter que acionar o Conselho Tutelar, porque essa criança veio machucada, porque essa criança veio três dias com a mesma fralda. Mas é isso, tu vai trabalhar muito na Tapera, porque é um território vulnerável demais. E aí as pessoas chegando a todo momento, chegando a todo momento, de todos os mais variados lugares do país. E essa rotatividade é cada vez maior (Maria, 2021).

Entendendo que as religiões são parte fundamental de uma comunidade, tive a oportunidade de conversar com Bárbara, de 31 anos, que ocupa posição de protagonismo em um dos muitos terreiros⁶ de religiões de matriz africana na comunidade. Ela exerce a função de Iyalorixá em um desses terreiros, ou seja, ocupa o lugar de “Zeladora do culto; Orientadora; Sacerdotisa; Autoridade Civilizatória de Pertencimento Ancestrálico” (Marques, 2020, p. 15). A interlocutora nos fornece maiores reflexões a respeito das

⁶ Terreiro, segundo Marques, é: “[...] o local onde se realizam as cerimônias e são feitas oferendas aos *Òrisha*. Este local nem sempre é feito de chão batido, mas ficou sendo o nome referencial” (Marques, 2020, p. 15).

experiências significativas e plurais inseridas ali. Nesse acepção, para ela, os terreiros são muito mais que espaços onde são realizados cultos, são locais “[...] onde as pessoas vão ter o autocuidado da sua fé, constituir famílias [...] e rede de apoio” (Bárbara, 2022a). Esse papel, segundo relata, poderia ser maior não fosse a violência motivada pelo racismo religioso no bairro em função da disputa com as religiões neopentecostais. Dessa maneira, os terreiros e seus frequentadores foram atingidos por inúmeras violências simbólicas e físicas. A entrevistada relata: “Já jogaram pedra, vieram botar sal grosso na frente da minha casa, dos vizinhos neopentecostais, pedras, né? Já aconteceu isso assim: de pararem a minha filha e falar: ‘Olha, né, tem que procurar ajuda’. Tentar me converter, né, essas coisas assim [...]” (Bárbara, 2022a).

Bárbara deixa evidente, entretanto, o papel de luta e resistência colocado nos terreiros e em sua ação social. Para ela, a ocupação dos espaços do bairro é fundamental nessa luta, por essa razão, passou a integrar o Conselho Local de Saúde, o Conselho Comunitário e a Escola de Samba da região. Ela argumenta que a articulação desses espaços seria fundamental para o “social andar” e justifica a colocação: “[...] o nosso povo dentro e fora do terreiro é um povo que é de trabalhadores [...]” (Bárbara, 2022a). Entendo assim que o reconhecimento e a posituação de uma identidade trabalhadora e assumidamente suburbana se mostram fundamentais na atuação social e cultural da entrevistada, além da própria organização religiosa na comunidade, que é orientada a partir do engajamento na comunidade.

A entrevistada relata também o caráter de orientação social presente em seu papel como administradora do terreiro na Tapera, dada a situação vulnerabilidade social de muitos dos seus moradores. Aí percebemos também a sua articulação inevitável e o engajamento com o contexto social e histórico da comunidade:

Autor: E aí tu vê que o terreiro é o local onde essas questões estão todas colocadas também?

Bárbara: Sim, porque as pessoas chegam falando: “Fui no médico 5 horas da manhã, fiquei ali na fila, não tinha a tal da médica. Estou morrendo de dor de dente, fui na UPA, me deram medicamento. Aí me disseram que eu tenho que ir lá não sei aonde, mas não tem emergencial aí vou ter que pagar”. E aí como é que a pessoa paga? Aí começa, né. Uma pessoa morre: “Aí porque o caixão, como é que eu vou atrás do caixão?”. Aí eu sei por que eu já fui lá no CRAS, né, pedir auxílio e não sei o quê. Várias pessoas já morreram e eu fui atrás: “Olha, vamos lá no CRAS, vamos fazer a certidão, vou fazer assim assado, sabe, tu pede o caixão assim”. Fazer toda negociata. Então é muita gente dentro do terreiro e aí a gente vai vendo esses problemas sociais que existem no bairro ou nas pessoas né? Gente passando fome, gente precisando de cesta básica, assim, é colégio, é

creche, é não sei o quê e tudo passa pela pelas autoridades, né e lideranças do terreiro assim, as reclamações [...] (Bárbara, 2022a).

A interlocutora ainda nos dá importantes relatos de como as migrações têm contribuído na construção de espaços culturalmente plurais, especificamente no âmbito das religiões de matriz africana. O espaço da Tapera aparece então como catalisador dessas experiências. Bárbara assim descreve que o constante fluxo de migração para a Tapera tem trazido cultos como a Juremada (culto de origem indígena), o Omolocô (religião de matriz africana com elementos espíritas e indígenas) e outros para a comunidade. Ela diz:

Porque por exemplo, veio muita gente gaúcha, muita gente do Belém do Pará, que também trouxe a Juremada, que é de pajelança, tem uma galera aí que chegou nova, que eu já não sei, porque às vezes o terreiro é grande, às vezes o terreiro é um quatinho, né? Então tem bastante gente. Eu já não sei mais a quantidade, mas antigamente tinha cerca de 20 casas, agora tem bem mais (Bárbara, 2022a).

Também buscando a positivação e o reconhecimento da Tapera, estão os integrantes de um grupo de rap local, o “LADUMAU”. Em suas letras, por exemplo, fica evidente a centralidade que a comunidade ocupa nas narrativas construídas, servindo como referência e inspiração cultural para os integrantes. Essa relação é demonstrada, por exemplo, na faixa “TPR [Tapera] no Mapa”, de autoria do grupo. Para eles, falar das experiências e vivências na localidade, “onde as coisas parecem ser mais difícil [sic]” como um menciona, seria “botar a Tapera no mapa”, ou seja, trazer um reconhecimento ainda não dado àquela comunidade. Nesse sentido, me parece que a tentativa de retratar e falar sobre o bairro nas músicas, colocá-lo “no mapa”, é a tentativa de desvelar essa experiência alternativa de Florianópolis com a qual nossos interlocutores têm contato diariamente e que muitos não parecem conhecer. Eduardo, de 26 anos e natural de Florianópolis, revela nesse sentido: “A gente tá cantando pra mostrar que aqui não tem isso que estão falando da gente, não é isso, tá ligado? A galera acha demais, a galera acha que é verdade [...]” (Eduardo F., 2021), referindo-se aos estereótipos do bairro. Outro complementa, referindo-se à necessidade de ver uma Florianópolis além da hegemônica:

Matheus C.: Mas e a galera véi, não pode ver Florianópolis só com aquilo ali, velho, vivência de playboy, praia, magnata... Mano, é Florianópolis, tem uns lugar massa né, véi, tem uns lugar de burguês, de playboy, tá ligado, tem uns lugar doido, né, véi, de gente com mais poder aquisitivo, mas também tem as quebradas, véi, tem os morros...

Eduardo F.: É a grande maioria...

Matheus C.: Tem o pessoal mais desfavorecido, tá ligado? Pessoal que faz uma casa de madeira ali na invasão porque não tem como pagar aluguel, não tem como, tá ligado? Tem o pessoal que faz um gato na energia, faz um

gato na água, tem a galera que vive isso aí, tá ligado? (Matheus C.; Eduardo F., 2021).

Por este ângulo, foi principal a percepção através das falas da existência de força, solidariedade e resistência colocados na cultura e na experiência da periferia. Desse modo, cabe aqui um apontamento feito pelos *rappers*: a potencialidade da música e da cultura enquanto instrumentos de libertação daqueles que se sentem presos ou oprimidos:

[...] Entra na mente de alguma forma, tá ligado? Nem que entra na mente dos cara, os cara falar: “nossa, esse som é doido aqui, eu quero trocar porrada com alguém”. Vai lá, tá ligado? “Esse homem é doido, eu vou pular aqui igual doido”, mano, pula, tá ligado? Mano, vai véi, hora de dar a música ali véi, ó: arrebenta, tá ligado? Liberta, tá ligado? Que que cê sente, alguma coisa tá reprimida ali, oprimido com alguma coisa, tá ligado? A hora do som, o som nosso, é pro público, pra galera se libertar, véi, sair quebrando tudo... (Matheus C., 2021)

Mesmo com leituras díspares, ainda é necessário entender como ressoam na experiência dos moradores aspectos vistos aqui como parte de uma interpretação hegemônica do bairro, como a vulnerabilidade, a pobreza e o abandono. Neste contexto, apresento o diálogo estabelecido com os irmãos Marcelo, Jean e Eduardo, pioneiros e organizadores da Escola de Samba local, durante uma entrevista conduzida em 2022, na qual compartilharam aspectos de suas trajetórias e relações com a Tapera. Marcelo possui 51 anos, Jean, 47 e Eduardo, 48. Os três são naturais do Morro da Nova Trento, uma das inúmeras comunidades integrantes do Maciço do Morro da Cruz, situado na região central de Florianópolis, onde residiam com a mãe antes de se mudarem para a Tapera na década de 1990. Segundo eles, a Tapera era “bem vazia” quando foram morar lá. Eles relatam então o cenário rural, desregrado e pouco urbanizado do local no período:

Marcelo: Chegou aqui era lama...

Jean: Sem infraestrutura nenhuma... Água era de poço.

Marcelo: Infraestrutura no geral não tinha, ônibus, água, luz... Toda rua tinha uma vala aberta...

Jean: Tudo era vala, tinha o valão da Rua do Juca. Era ruim, mas era bom, era mais precário, mas era melhor. Hoje tem esse avanço aí do explodiu muito rápido e a gente sente falta daquilo, né? Aquele barro, aquele pegar fruta. Hoje não tem mais fruta... como tiveram que construir as casas foram derrubando as árvores... (Jean; Marcelo, 2022)

Nesse aspecto em específico, Luiz, morador da Tapera de 74 anos e figura de protagonismo no voluntariado e no Conselho Comunitário locais, traz um discurso semelhante ao dos irmãos, retratando o desenvolvimento do bairro como a passagem de um cenário rural para um cenário propriamente urbano. Interessante é perceber as referências específicas que identificam aquele lugar como desqualificado, como a lama o

esgoto à céu aberto. Essa linguagem, nesse sentido, “transforma o espaço num objeto qualificado, no qual as palavras compõem o registro da diferença” (Pesavento, 1999, p. 197). Dessa forma, o próprio significado de “Tapera” daria conta dessa experiência degradante, uma vez que o dicionário assinala até hoje “Tapera” como: “Qualquer local destruído e de péssima aparência” (Michaelis, 2022). Luiz acrescenta:

Bom, eu cheguei aqui essa rua [Rua do Juca] não tinha calçamento. O primeiro ano, 2011, que eu vim aqui visitar minha filha, ela mora a duas quadras daqui, a rua dela também não tinha calçamento, mas estavam começando o calçamento. Então em 2011 quando eu cheguei aqui, praticamente, certamente, todas essas ruas da rua do Juca pra lá não tinha um calçamento. Hoje tá tudo calçado. Então, só no fato de não ter que andar de bota e amarrar a sacolinha no sapato para passar na rua para pegar o ônibus, isso já foi a mudança, para mim, excelente, né? (Luiz, 2022).

Referências parecidas são também mencionadas por Eduardo F., membro do grupo de rap LADUMAU. Narrando sua experiência e identificação com a Tapera, traz:

Pô eu sou criado na Tapera, sou cria desse bairro, mesmo que alguns não aceite, eu sou cria desse bairro, eu posso dizer que eu sou cria e pô a Tapera, mesmo quando eu saí dela, ela sempre teve em mim, véio. Eu sou daqui, tá ligado, sempre vou ter uma parte muito forte minha nesse bairro sacou? Porque pô, eu andava nessa rua aqui, a rua do Juca não tinha nem asfalto, não tinha nada véi, a vala aberta, tudo... (Eduardo F., 2021)

É nesse sentido que Maria descreve a Tapera de 25 anos atrás: um lugar de passagem, marcado pelo mato e pelas poucas famílias que habitavam a região. Ela fala: “Eu conheci aquilo era mato, eu vou te dizer que tinha a Rua do Juca [via central da comunidade] e tinha a Barreira [via adjacente] e tinha algumas casas ali próximas a Rodovia, mas o resto foi passando cerca e passando mato” (Maria, 2021). Bárbara também faz menções parecidas, narrando a paisagem do bairro nos anos 1990: “[...] desde o valão da Rua do Juca... Sem asfalto, chão batido, [onde] a maioria das coisas aqui eram mato...” (Bárbara, 2022a).

Apesar dos relatos de vulnerabilidade, observamos nesses casos uma forte identificação com o bairro marcada pela observação das mudanças estruturais que a localidade passou na última década. A Rua do Juca, principal via da comunidade, era caracterizada, até a década de 2010, por uma longa vala de esgoto a céu aberto, de quase 800 metros, que perpassava a via. Em reportagem de 2006, observamos reclamações de moradores, que relatam a situação de insalubridade da região, onde lixo e esgoto se misturavam ao canal. A situação era agravada em fortes chuvas, quando a água do esgoto escoava para as casas da rodovia e deixava os moradores à mercê de doenças (Na Tapera

[...], 2006). Em 2010, a vala foi tampada, mas a rua permaneceu em má situação até 2019, quando foi finalmente asfaltada.

Ou seja, nos relatos, o tempo de desregramento é visto como superado. Contudo, mesmo reconhecendo o desenvolvimento urbano do bairro na última década, como os irmãos e Luiz destacam, o preconceito e os estereótipos ligados a uma cidade desregrada ainda aparecem como marcas na identidade do morador da comunidade. Sobre as mudanças nos últimos anos eles discutem, mencionando a política local e a necessidade de colocar a Tapera no mapa através da organização política e eleitoral:

Eduardo: Eu acho que o gestor público começou a olhar a Tapera com outros olhos, né, tem muito voto lá, começaram a entender que era importante colocar a Tapera no mapa, que era importante trazer infraestrutura, que era importante colocar um vereador no bairro...

Marcelo: E depois que o Mamá [Josimar Pereira, figura protagonista na política do bairro através do Conselho Comunitário e eleito vereador em 2020] se candidatou a vereador, que ganhou, acaba fortalecendo... Que eles viram que a gente começou a votar tudo num lugar só.

Eduardo: Mas hoje nós temos um Conselho Comunitário que é ativo, era pouco, nós temos uma Escola de Samba que aparece como um lado bom, Conselho como lado bom, tem o Mámá que tá aparecendo e que tá fazendo um bom trabalho, o Gean ganhou a eleição aqui, já tava lá na porta da Ângela. Começaram a entender... Mas essa mancha tu não tira, não adianta. Essa mancha tu não tira. Quando tu fala assim: “sou do bairro da Tapera”, opa, já há um preconceito (Eduardo; Marcelo, 2022).

Entendo que o preconceito social que moradores de comunidades vivem cotidianamente é, como disse Eduardo, uma “mancha” inapagável na identidade de cada um desses sujeitos e que marca até hoje as relações políticas e sociais do bairro. Afinal, como revela Luiz, a decisão de organização do grupo político, hoje hegemônico no bairro, foi tomada por um grupo de pessoas que eram “desconfiadas com o poder público, pessoas que se sentiam discriminadas diante da sociedade” (Luiz, 2022) pelo fato de morarem na Tapera. Ele completa: “Então essa mágoa foi inclusive um estopim, vamos dizer assim, que criou esse grupo que deu essa modificada [no Conselho Comunitário e na política local]. Porque o perfil antigo era esse, que a pessoa que tem um sentimento meio que de revolta em relação, não só ao poder público, mas a própria sociedade de Florianópolis” (Luiz, 2022).

5 CONCLUSÃO

É evidente, como pude observar até então, que muitos adotam para si essa mancha de forma positiva, ressaltando o caráter suburbano de suas identificações, até mesmo na tomada de rédeas da política local, por exemplo. Entretanto, fora das comunidades, no centro da cidade, sujeitos periféricos continuam marcados e “fichados” pelo lugar de onde vieram ou por onde cresceram. Os testemunhos dizem: em entrevistas de emprego são olhados de forma torta ao contarem de onde vêm; na escola e nas redes sociais são diariamente atingidos por piadas desmoralizadoras retratando seus lares; e na TV acompanham a realidade assustadora de uma comunidade que pouco reconhecem quando a observam assim. Essas são manchas, que ao longo do tempo de gestação das favelas no país, tornaram-se traumas, feridas profundas demais para serem escondidas. Essa situação se agrava mais ainda ao pensarmos no racismo – o maior trauma não resolvido da sociedade brasileira –, que é evidente e cotidiano para as populações de locais onde a maioria não é branca, como nas periferias de todo o Brasil.

Essas manchas simbólicas ganham contornos mais sérios quando, por exemplo, um membro do grupo de rap da região relata as ameaças que recebeu em determinado momento quando, em uma região mais abastada da cidade, revelou ser morador da Tapera:

Você fala pra uma pessoa que você é da Tapera, pá, um dia eu fui, bem quando eu cheguei, véi, eu fui lá pro Norte da Ilha vender salgado lá, pá, naquela correria de levantar um dinheiro, né, que tinha recém chegado aqui em Florianópolis, três anos atrás dois anos e meio atrás, fui vendendo salgado, ofereci pros cara no carro e eles: “de onde cê é, véio?”, eu falei: “lá da Tapera, pô”... Pensei que os cara ia me espancar, velho, os cara parou olhou assim, pá, “você é lá da Tapera?” e “eu sou, véio, eu vim lá de Goiás, véi, tô aqui tem uma semana véi”, “ah, então você não mora lá faz tempo não?”, “não véi, cheguei lá agora”, “não, não, então tá de boa”... Mano eu pensei que os cara ia me espancar, tá ligado, porque que eu falei que eu morava aqui [sic] (Matheus C., 2021).

Ainda assim as experiências de nossos interlocutores apareceram e foram usadas mais vezes como uma tentativa de afirmação positiva dessa identidade periférica. Tanto nas falas, como na materialidade do bairro. Uma membra da escola de samba da região, por exemplo, reflete sobre a representação de raça e gênero nas fileiras da organização: “Porque aqui é uma periferia, uma comunidade onde tem toda essa população e eu acho que essa representação tá muito bem representada dentro da diretoria hoje” (Bárbara, 2022b), positivando assim a pluralidade presente no que ela entende como uma comunidade. Já um dos membros do grupo de rap, Matheus C., de 28 anos e migrante de

Goiás, relata na entrevista que encontrou moradia na Tapera, mesmo com o preconceito sofrido pessoalmente, descreve com orgulho a mudança para o bairro: “Do dia que nós chegou aqui na Tapera, dia dois de abril de dois mil e dezanove e desde isso daí, nós está aqui até hoje e nós não pensa nem em sair” (Matheus C., 2022).

Reconhecer a formação histórica e plural dos vários símbolos trazidos até então, bem como das possíveis manchas colocadas na experiência da periferia, é tarefa fundamental para qualquer um que for trabalhar com comunidades periféricas. Essa tarefa se torna ainda mais importante no contexto florianopolitano, ou seja, de uma cidade que cresceu vertiginosamente nos anos 1990 em função do turismo internacional. Transformada em “Paraíso Internacional” (Fantin, 2000), o município observou nos anos seguintes tanto o crescimento do consumo de luxo, como também o número de periferias e o aumento da pobreza urbana na capital. Nesse sentido, Sugai (2002) aponta: em 2002, cerca de 15% da população florianopolitana morava em 55 favelas do município e 83 da região metropolitana. Mais tarde, no Plano de Habitação de Florianópolis (2009), a prefeitura municipal estimou que existiriam 65 assentamentos informais na cidade, somando 16% da população. Já em 2020, segundo estudo realizado pelo projeto ComunitÁreas, existiriam 136 comunidades na área conurbada de Florianópolis (Cavanus, 2021).

O caso florianopolitano, especialmente na Tapera, pela complexidade e pelas contradições internas, mostra-se como ferramenta importante não apenas na compreensão do processo de construção das favelas em Santa Catarina, mas também no Brasil todo. Fundamentalmente, as semelhanças nas construções do “outro” podem ser observadas nos símbolos, significados e representações atribuídas às comunidades periféricas tanto lá, como cá. Ainda assim, com um olhar mais cuidadoso e atento, podemos observar as experiências plurais inseridas ali, que nos ajudam a observar a periferia como potencial, como forte e como uma casa boa para vários que puderam ali construir suas vidas. Tanto quanto as manchas do preconceito, está impressa na identidade do taperense a pluralidade de experiências que fogem das simplificações do senso comum. Sendo assim, a entrevistada Bárbara traz a visão dos moradores da comunidade que parece mais se adaptar com tudo que pude pesquisar e perceber ali. Ela diz: “As pessoas daqui [da Tapera] na verdade são trabalhadoras, né? Eu vejo que aonde a gente vai em Florianópolis, tem taperense, por exemplo, porque a gente trabalha em tudo...” (Bárbara, 2022a). Desse modo, a pluralidade prevalece.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro (org.). **A cidade da informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras: FAPERJ, 2003.
- BACKZO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos Homem. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BEM Loko. Intérprete: Rashid; Rincon Sapiência. Compositores: Julio Mossil; Rashid; Rincon Sapiência. In: **TÃO REAL**. Intérprete: Rashid. [S.l.]. Sony Music Entertainment, 2020. 1 CD, faixa 8.
- BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?”. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 2008. Não paginado. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favela_%C3%A9_comunidade%3F_\(artigo\)](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favela_%C3%A9_comunidade%3F_(artigo)). Acesso em: 8 fev. 2022.
- BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da Unipar**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 105-117, 22 jun. 2021. Universidade Paranaense.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2011.
- D'AGOSTINI, Luiz Renato; BONATTI, Michelle; HOMEM, Larissa Hery Ito R.; RANGEL, Paulo Martins. **Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil**: construindo capacidades - Subprojeto Populações Estudo de Caso Tapera da Base, Florianópolis, SC. 2010. (Relatório de pesquisa). p. 556-613.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESPÍNDOLA, Luciana da Rosa. **Tapera da Base**: bairro?. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- FALCÃO, Luiz Felipe. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH e UEL, p. 1-8, 2005.
- FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, p. 95-114, out-dez, 2008.

IGREJA na quebrada, um ambiente de construção de identidade. **Periferia em Movimento**, São Paulo, 17 jun. 2014. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/igreja-na-quebrada-um-ambiente-de-construcao-de-identidade/>. Acesso em: 1 jun. 2022.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Artífices do futuro**: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980). Florianópolis: Insular, 2016.

MÁCON, Cecilia. Emociones e historia reciente: hacia una refiguración de la distancia histórica. In: ALLIER MONTAÑO, Eugenia; ORTEGA, César Iván Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente (coord.). **En la cresta de la ola**: Debates y definiciones en torno a la historia del tiempo presente. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Bonilla Artiga Editores, 2020. p. 120-142.

MARQUES, Bárbara Furlan. **“Pode crer no axé dos seus ancestrais”**: Batuque, culto de Égún, presença, experiência e memória nos ritos de ancestralização de Tesourinha de Ògún em Santa Catarina (2004-2005). 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MARTINS, Fabiana. **De espaço marginal a trajetórias plurais**: narrativas e imagens na construção do bairro da Tapera - Florianópolis. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MICHAELIS. Tapera. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, Editora Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/tapera/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

NA TAPERA, esgoto corre em vala de quase 800 metros. **FloripAmanhã**, Florianópolis, 27 set. 2006. Disponível em: <https://floripamanha.org/2006/09/na-tapera-esgoto-corre-em-vala-de-quase-800-metros/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais**: Ribeirão da Ilha – Florianópolis. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882007000100002>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 400 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, 1999.

RIVERA, Dario Paulo Barrera. A reconfiguração religiosa contemporânea vista desde a periferia Notas teóricas a propósito do dossiê “Religião e Periferia”. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, v. 7, n. 1, 4-14, 2016.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **@Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, p. 6-21, 2017.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNADES, Fernando Lannes (orgs.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, André Ricardo de. Determinados contornos jurídicos, assistenciais e econômicos de organizações cristãs. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 237, 13 abr. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.24501>.

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”? *In*: ABRAMO, Pedro (org.). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009. (Coleção Habitare, v. 10).

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: Investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis, 1970-2000**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Leandro Moraes; POZZO, Renata R. A Cidade contra a Ilha: aspectos da urbanização contemporânea em Florianópolis. *In*: DIAS, Vera Lúcia Nehls; PET Geografia UDESC (orgs.). **Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2011, v. 1. p. 230-254.

ENTREVISTAS REALIZADAS

BÁRBARA. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 15 de março de 2022a.

BÁRBARA. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 10 de maio de 2022b.

EDUARDO. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 10 de maio de 2022.

EDUARDO F. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 06 de novembro de 2021.

JEAN. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 10 de maio de 2022.

LUIZ. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 05 de maio de 2022.

MARCELO. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 10 de maio de 2022.

MARIA. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 15 de setembro de 2021.

MATHEUS C. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 06 de novembro de 2021.

MATHEUS L. [Entrevista cedida a] Vinícius Silveira Luz. Florianópolis, 06 de novembro de 2021.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

“É UMA MANCHA QUE NÃO DÁ PARA TIRAR”: PRODUÇÃO DA DIFERENÇA E REPRESENTAÇÕES DA PERIFERIA URBANA NA COMUNIDADE DA TAPERA, FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA.

Vinícius Silveira Luz

Doutorando em História

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, Brasil

vini.sluz80@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5177-1556>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Protenor Vidal, 138, 88040-320, Florianópolis, SC, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

FINANCIAMENTO

Financiamento bolsa CAPES-DS. Processo número 88887.902516/2023-00.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEP/UEDESC no dia 22 de julho de 2021. CAEE número 46340121.8.0000.0118.

CONFLITO DE INTERESSES

O presente artigo foi produzido a partir de reflexões originais baseadas na dissertação de mestrado do autor.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 10/10/2023

Aprovado em: 03/01/2024